

Reseña de libro

Schlesener, A. H.; Masson, G.; Subtil, M. J. D. (Orgs.). Marxismo(s) e educação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 270 p.

Simone de Fátima Flach
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
eflach@uol.com.br

Contribuições do marxismo para a análise da educação em tempos de desmonte conservador

A doutrina do materialismo histórico é a organização crítica do saber sobre as necessidades históricas que dão substância ao processo de desenvolvimento da sociedade humana; não é a afirmação de uma lei natural, que se realizaria “absolutamente”, para além do espírito humano. É autoconsciência que estimula a ação, não ciência natural que esgota seus objetivos na apreensão do verdadeiro. (GRAMSCI, 1919)

270 páginas, organizadas em 3 partes e 11 capítulos de autoria de pesquisadores que têm um compromisso, não apenas de pesquisa mas de vida, vinculado aos pressupostos do campo marxiano e marxista. O conjunto de autores que se responsabilizaram em trazer à tona questões relacionadas à educação atual, evidenciando suas contradições no contexto da sociedade capitalista pode ser caracterizado como diverso e ao mesmo tempo único. Diverso por estarem ligados institucionalmente a diferentes instituições de ensino superior e beberem de diferentes fontes marxistas, mas também único por expressarem magistralmente como o referencial teórico que dá sustentação à obra orienta suas análises e suas posturas individuais frente à realidade vivida na atual forma de sociabilidade.

O conjunto da obra ultrapassa a reunião de artigos e se caracteriza como produção coletiva que tem um fio condutor bastante claro e comprometido em demonstrar como o pensamento de Marx e Engels e seus interlocutores contribuem não apenas para compreender a sociedade capitalista, mas para vislumbrar outra forma de organização social, na qual não exista a exploração do homem pelo homem e o indivíduo singular possa realmente ser parte da generidade humana.

A seriedade e rigorosidade, conceitual em sentido estrito e teórica em sentido amplo, expressa em cada capítulo, oferece contribuição *sui generis* para estudiosos e pesquisadores que têm o objetivo de compreender a lógica capitalista destrutiva em curso e seus reflexos no campo educacional. Nesse sentido, e considerando o movimento global que classifica o pensamento

marxiano como ultrapassado, a obra é bastante ousada, visto que mostra a realidade social e educacional sem meias verdades, evidenciando seus limites e apontando possibilidades para a educação, pesquisa educacional e organização curricular frente à emergência de outra forma de organização econômica, política e social.

Pontualmente a obra está organizada em três partes, as quais objetivam analisar, a partir do referencial marxista, as condições econômicas e sociais que impactam em diversos setores da organização social, em especial no processo de formação humana. Para tanto, os autores bebem na fonte inaugurada pelos fundadores da filosofia da práxis e seus intérpretes, e indicam, a partir de diferentes enfoques, como esse referencial teórico, contribui para o desvelamento das contradições expressas na atual forma de sociabilidade sem perder de vista que, para a não extinção da espécie humana (imediate ou cruelmente fragmentada pela lógica capitalista), a sua superação se torna imprescindível e necessária.

A educação em seu sentido amplo é objeto de reflexão nos quatro capítulos que compõem a primeira parte da obra, tomando o trabalho como categoria de análise a partir dos escritos de Marx e Engels, e seus primeiros intérpretes. No capítulo “O trabalho como fundamento do ser social e a educação como práxis social” Gisele Masson faz emergir a importância do trabalho, enquanto categoria fundante, para a passagem do ser biológico para o ser social, problematizando, a partir da interpretação de Lukács, sobre o desenvolvimento da educação como práxis social e sua interdependência ontológica com o trabalho. Reconhecendo que os elementos essenciais do trabalho estão presentes na educação (teleologia, causalidade, objetivação e generalização), a autora entra na discussão acerca da educação ser considerada como trabalho, defendendo que a educação precisa ser entendida como práxis social “uma vez que diz respeito ao intercâmbio entre homem e homem e não entre homem e natureza” (MASSON, 2016, p. 32). Ainda, a reprodução do ser social, em sua dimensão positiva é possibilitada pela educação, visto que, a partir desta o homem apreende o presente e projeta o futuro. A projeção do futuro e sua concretização sobre novas bases, a partir da apreensão do presente por meio da educação, é a grande contribuição da discussão apresentada nesse capítulo.

Anita Helena Schlesener traz os limites da emancipação social e política no contexto atual do capitalismo na reflexão proposta no segundo capítulo intitulado “Marxismo e educação: limites e possibilidades do conceito de emancipação”. Alguns escritos de Marx, Lukács e Gramsci são tomados para indicar como a educação pode ser contraditória para o processo emancipatório, expressando limites e possibilidades para tal empreitada. Nessa perspectiva, a alienação (entendida pela autora, a partir de diferentes interpretações da obra marxiana, como sinônimo de estranhamento) assume centralidade na discussão a respeito do papel da educação para a formação de homens emancipados não apenas política, mas socialmente. É possível apreender que a emancipação social abordada se torna corolário da emancipação humana conforme defendida por Marx em *Sobre a questão judaica e em Glosas Críticas* (1843 e 1844, respectivamente), visto que a autora defende que a educação precisa colaborar para o esclarecimento sobre as formas de dominação política e ideológica de forma a munir os trabalhadores para a ação emancipadora. Para o rompimento das amarras ideológicas do capitalismo e a conquista real da liberdade, só resta o caminho revolucionário e a classe trabalhadora é aquela que carrega em si a essência revolucionária. No contexto atual do capitalismo, aqueles que compartilham o pensamento de que a emancipação humana é uma possibilidade histórica precisam reiterar cotidianamente esse objetivo. Demonstrar os limites da educação nesse processo é importante caminho, pois somente conhecendo a realidade na sua integralidade é possível empreender ações revolucionárias.

A partir da consideração de que a obra marxiana não trata de forma específica sobre a educação, mas lhe dá um tratamento subliminar em diversos escritos, Alessandra Dal Lin e Anita Helena Schlesener apresentam no capítulo 3, intitulado “Observações acerca do pensamento de Marx para a educação”, importante levantamento sobre o tema. Os escritos são apresentados em cotejamento com a interpretação de diversos autores, contribuindo para a compreensão a respeito da formação humana no contexto social e político do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, a manutenção e o fortalecimento da reprodução capitalista têm na organização do sistema escolar importante aliado. E, nesse sentido, o capítulo avança na discussão a respeito dos limites e possibilidades de uma práxis educativa emancipadora apresentando observações de textos escritos entre 1844 e 1875, desde os *Manuscritos de Paris* até *Crítica ao Programa de Gotha*. O eixo condutor do texto reafirma a imprescindibilidade de perseguir uma sociedade sem classes e, nesse sentido, de perseguir uma formação humana pautada na omnilateralidade, a qual possibilite ao homem não trabalhar para sobreviver individualmente, mas exercer um trabalho associado, coletivo, que não o enclausure na fábrica, libertando-o para exercer diferentes atividades conforme lhe aprouver. Dessa forma, a educação seria pautada em “uma concepção integral em que as fronteiras entre os conhecimentos seriam eliminadas e o homem genérico poderia usufruir de todas as oportunidades com vistas à emancipação humana” (DAL LIN; SCHLESENER, 2016, p. 73). Ainda, as autoras chamam a atenção para superação dos limites impostos pela organização capitalista, reconhecendo que a escola pode exercer ação inovadora, desde que não se feche em si mesma, mas se insira no movimento mais amplo de organização dos trabalhadores.

O capítulo 4, que fecha a primeira parte da obra e tem como chamada “Contribuições de István Mészáros para a educação: uma análise da categoria mediação”, Carina Alves da Silva Darcoletto oferece importante contribuição a respeito da categoria mediação, demonstrando sua importância para a compreensão do ser humano na sociedade capitalista. Suas reflexões estão pautadas no pensamento do filósofo húngaro indicado no título do capítulo, tendo como fio condutor a obra *Para a ontologia do ser social* de György Lukács. Destaca-se o esclarecimento sobre “*mediação de primeira e de segunda ordem*”, enfocando como a segunda, sendo alienada e alienante fragiliza os fins perseguidos pela primeira, obstruindo perspectivas benéficas para toda a humanidade em prol de interesses de uma classe específica, a burguesa. Assim, a mediação da educação no processo de humanização, enquanto mediação de primeira ordem, precisa ser levada a termo, contribuindo para a transformação radical da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, a educação deixa de ser alienada e alienante assumindo a qualidade mediadora (particularidade) entre a formação das individualidades (singularidade) e a continuidade do gênero humano (generalidade).

A segunda parte do livro, composta de 3 capítulos, expõe a contribuição de intérpretes marxistas para a o entendimento da sociedade capitalista e para a utilização do método materialista histórico e dialético para as pesquisas científicas. No capítulo 5, Pedro Leão da Costa Neto, expõe as contribuições da obra de Karel Kosik para o marxismo contemporâneo em “Filosofia, cultura e formação em Karel Kosik”. Para tanto apresenta o desenvolvimento do marxismo tcheco no século XX, situando vida e pensamento do autor nos períodos históricos apresentados, relacionando-os aos acontecimentos sociais, políticos e econômicos mais amplos em curso na Europa. A trajetória intelectual de Kosik apresentada oferece contribuição para o debate marxista atual, visto que sua obra permanece viva e auxilia a desvelar as representações fenomênicas que imperam no mundo globalizado.

Alessandro de Melo, Mariana Parado Guaragni e Marielle Zazula, em “Trabalho e Educação a partir de uma leitura do marxismo de Maoishe Postone”, apresentam a reinterpretação do pensador canadense em relação a obra de Karl Marx. Destaca-se a análise realizada da categoria trabalho em sua dupla finalidade, tanto no campo da produção quanto da

distribuição e sua relação alienante com a educação, a qual, no atual estágio do capitalismo, centra-se no reino da necessidade em detrimento da relação dialética entre necessidade e liberdade.

Encerrando a segunda parte da obra, no capítulo 7, “A pesquisa no campo das políticas educacionais: contribuições de Antonio Gramsci”, Michelle Fernandes Lima descreve a utilização de categorias do pensador sardo na pesquisa. Para tanto demonstra o percurso teórico-metodológico empreendido em uma pesquisa sobre a reforma universitária brasileira a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. O texto ressalta a importância da relação histórico-contextual para a utilização do pensamento gramsciano, visto que qualquer elaboração teórica precisa estar assentada em profunda análise do contexto social, político e econômico de cada época, ou seja, precisa considerar a complexidade de operar com a contradição e totalidade. Além da discussão metodológica (entendida como relação teórico-prática), apresenta a construção teórica necessária para a elaboração de análises sob a matriz marxista, conforme abordado por Antonio Gramsci.

A última parte da obra discute a relação entre estética, arte e educação. Abrindo esta segunda parte, Rose Meri Trojan em “Estética pós-moderna ou estetização do real? Impactos no trabalho e na educação” propõe reflexão a respeito da estética, trazendo discussões sobre moderno e pós-moderno a partir da análise de autores como Canclini (1990), Eagleton (1993, 1997), Harvey (1996), Jameson (2000), dentre outros. A produção cultural e artística no contexto da sociedade capitalista é objeto não apenas de reflexão sobre a possibilidade de transformar-se em mercadoria, mas como expressão da humanidade, com elemento de humanização e, sendo assim, como expressão das contradições de uma sociedade dividida. Nesse sentido, cultura e arte são entendidas, também como instrumentos de crítica aos valores hegemônicos e, portanto, meios de conscientização coletiva sobre a necessidade irrefutável de superação do capital.

Seguindo o fio condutor que dá sustentação à obra, Maria José Dozza Subtil, amplia em seu “Marxismo, arte e educação: as possibilidades de humanização pela educação artística” a discussão sobre a necessidade da arte e da educação artística enquanto atividades humanizadoras. Ultrapassando perspectivas que consideram a arte e a educação artística como supérfluas para a formação do indivíduo demonstra como estas podem (e devem) ser enfocadas nos currículos escolares de forma a propiciar o desenvolvimento da sensibilidade, do talento e da inspiração, visto que são construtos históricos e sociais. A socialização da arte pela educação (particularidade) possibilita ao indivíduo singular a autoconstrução e o autoconhecimento que o transforme em ser genérico, ou seja, que torne mais humanizado, distanciando-se das barreiras naturais. No entanto, essa passagem é limitada em razão dos pressupostos capitalistas, sendo necessário a sua superação, pois, conforme expressa a autora, “a passagem do reino da necessidade para o reino da liberdade seria a condição *sine qua non* para a prática e o usufruto da arte.” (Subtil, 2016, p. 208).

Situada no entendimento de que a sociedade capitalista impede uma educação humanizadora e, portanto, a arte, enquanto atividade formadora, acaba por ser negligenciada, Carla Irene Roggenkamp, no capítulo 10, “Arte e educação no contexto capitalista”, oferece importante discussão sobre a arte mediada pela educação, expressando seus limites na atual forma de sociabilidade, evidenciando que ao contrário de humanizar, a arte (aqui entendida como *pseudo-arte*) vinculada aos ditames do mercado também pode ser desumanizadora. Assim a sensibilização artística se constitui um dos propósitos da educação, possibilitando ao coletivo dos homens o “pleno usufruto estético da arte” (ROGGENKAMP, 2016, p. 243).

Por fim, a obra é finalizada com “Alienação, arte e educação diante do atual estágio do capitalismo”, de autoria de Cintia Ribeiro Veloso da Silva. A exposição prima pela discussão a

respeito da arte enquanto construção que precisa ser usufruída pelo conjunto dos homens, mas que é subsumida pelas necessidades do mercado, tornando-se alienada. Nesse contexto, a escola, mais uma vez, assume centralidade no processo de socialização e democratização da arte, pois conforme argumenta a autora “Qualquer um pode entender ou fazer arte desde que se aproprie dela. Esses atributos podem e devem ser desenvolvidos e democratizados por meio da educação, da escola, e só assim a arte se tornará uma atividade possível e necessária para todos” (Silva, 2016, p. 259).

Percorrendo um caminho sólido de argumentação e análise, a obra *Marxismo(s) e educação* oferece ao leitor um *detour* pelo pensamento de Marx e Engels e de diversos pensadores marxistas a respeito das determinações impostas pelo capitalismo à formação e vida dos indivíduos. Ainda, possibilita antever como uma sociedade regulada, conforme indicado por Gramsci, pode contribuir para o processo de humanização.

Em tempos de subserviência do governo brasileiro ao mercado globalizado, evidenciada no menosprezo pelo processo democrático; no desmonte das políticas sociais brasileiras, por meio do congelamento dos gastos públicos e na reforma do ensino imposta por medida provisória, pensar a educação sob a luz de um referencial que desvende os reais interesses e fins envolvidos nessas ações contribui para o avanço qualitativo da discussão e para a luta social em defesa da escola, visto que esta é, ainda, enquanto não alcançarmos o reino da liberdade, uma instituição que ajuda a inserir o indivíduo singular no campo da cultura produzida pela humanidade.

Referências

Gramsci, A. Estado e soberania (1919). En: _____. *Escritos Políticos*. v. 1. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2004, p. 219-225.

Recebido em 15/08/2016

Aceito em 25/09/2016

Simone de Fátima Flach

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR – Brasil; Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – Brasil; Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Brasil.
